

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1621511 - DF (2016/0185123-5)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : IEDA VANDETE MARTINS SOARES ARAUJO
AGRAVANTE : IGNEZ FERREIRA BONADIO
AGRAVANTE : ILDA PIMENTA DO CARMO
AGRAVANTE : ILDETE LUCENA ROCHA
AGRAVANTE : ILIDIA GOMES DE JESUS
AGRAVANTE : ILZA DO VALE DOURADO
AGRAVANTE : ILZA PEREIRA AUCELIO
AGRAVANTE : ILZA PEREIRA BARBOSA
AGRAVANTE : IRACEMA DE FREITAS VIEGAS
ADVOGADOS : ROGÉRIO LUÍS BORGES DE RESENDE - DF008799
AMANDA RABELO DE MESQUITA - DF034825
LUANA MARQUES DE ALBUQUERQUE E
OUTRO(S) - DF046620
RAYANNE ILLIS NEIVA MÁXIMO E OUTRO(S) -
DF038331
AGRAVADO : DISTRITO FEDERAL
PROCURADOR : SEBASTIÃO DO ESPÍRITO SANTO NETO E
OUTRO(S) - DF010429

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO COLLOR. EXECUÇÃO. COMPENSAÇÃO/LIMITAÇÃO. AUMENTOS ANTERIORMENTE CONCEDIDOS A MESMO TÍTULO. ALEGAÇÃO. FASE DE COGNIÇÃO. AUSÊNCIA. CASO CONCRETO. EXCEPCIONALIDADE. JUSTIÇA DA DECISÃO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTE DA PRIMEIRA TURMA DO STJ. OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/73. OMISSÃO.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 165, 458 e 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

2. É certo que a Primeira Seção deste Superior Tribunal firmou a compreensão no sentido de que, transitado em julgado o título judicial sem qualquer limitação ao pagamento integral das diferenças ali reconhecidas, não pode a parte devedora, por meio de embargos, suscitar a compensação que poderia ter sido objetada no processo de conhecimento. Nesse sentido, confira-se: **REsp 1.235.513/AL**, Rel. Ministro CASTRO MEIRA,

Superior Tribunal de Justiça

PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 20/08/2012.

3. Nada obstante, a Primeira Turma desta Corte, ao julgar caso análogo ao dos autos, envolvendo servidores do Distrito Federal, firmou o entendimento de que, *"não se pode admitir que determinada parcela de servidores seja beneficiada com enriquecimento sem causa em detrimento do erário, com graves prejuízos e consequências para a coletividade. O interesse particular, in casu, não pode prevalecer sobre o interesse público e o bem comum, sendo certo, que, ao final, é a sociedade que suportará os ônus correspondentes."* (**AgInt no AREsp 465.900/DF**, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/06/2018).

4. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator